

Verdade semântica e engano pragmático: perspectivas linguísticas sobre desinformação

*Semantic truth and pragmatic deception:
linguistic perspectives on misinformation*

Angélica Andersen

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Curitiba | PR | BR

angelica.andersen@ufpr.br

<https://orcid.org/0000-0003-3365-5727>

Teresa Cristina Wachowicz

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Curitiba | PR | BR

tecacw@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2917-4031>

Resumo: A disseminação da desinformação por meio das plataformas de mídia social representa uma grave ameaça às sociedades democráticas. Este artigo aborda como as propriedades da cognição e da comunicação humanas são exploradas estratégicamente pela desinformação. Do ponto de vista da cognição, abordaremos vertentes teóricas que fundamentam a evolução da linguagem, tanto racionalista (Chomsky, 2010, 2013, 2016), quanto funcionalista (Reboul, 2017), derivando na abordagem da vigilância epistêmica (Sperber *et al.*, 2010; Sperber; Mercier, 2017). A análise resulta numa concepção de cognição que opera na comunicação com vulnerabilidades ao uso dominador em ambientes de comunicação em massa, burlando a vigilância epistêmica. Para sustentar essa hipótese, do ponto de vista da comunicação, exploraremos fenômenos, tanto retórico-pragmáticos (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996) quanto semântico-gramaticais (Carlson, 2011) a fim de fundamentar a materialidade linguística da manipulação do discurso de desinformação.

Palavras-chave: semântica; pragmática; desinformação; vigilância epistêmica; evolução da linguagem.

Abstract: The spread of misinformation through social media platforms seriously threatens democratic societies. This article discusses how the features of human cognition and communication are strategically harnessed by misinformation. From the perspective of cognition, we address theoretical strands that underpin the evolution of language, both rationalist (Chomsky, 2010, 2013, 2016) and functionalist (Reboul, 2017), leading to the epistemic vigilance approach (Sperber *et*



al., 2010; Sperber; Mercier, 2017). The analysis reveals a conception of cognition that operates in communication with vulnerabilities to domineering use in mass communication environments, bypassing epistemic vigilance. To support this hypothesis, from a communication point of view, we will examine both rhetorical-pragmatic (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996) and semantic-grammatical phenomena (Carlson, 2011) to substantiate the linguistic materiality of the manipulation in disinformation discourse.

Keywords: semantics; pragmatics; disinformation; epistemic vigilance; language evolution.

1 Introdução

A disseminação de desinformação é um fenômeno complexo que tem sido amplificado pelas plataformas digitais. À medida que essas tecnologias se tornaram onipresentes em nossas vidas, elas também criaram oportunidades para a propagação de informações enganosas, falsas ou distorcidas. A grande questão que norteia a nossa análise é: Por que o conteúdo enganoso prospera on-line? Este artigo defende a hipótese de que as arquiteturas das mídias sociais exploram estrategicamente aspectos universais da cognição e da linguagem humanas. As teorias da evolução da linguagem nos trazem substratos importantes para tratarmos das operações cognitivas e sociais que estão nesse jogo manipulador. De outro lado, há aspectos linguísticos da desinformação que sustentam um paradoxo: os textos figuram em um ambiente digital de abundância informativa, mas suas estruturas revelam uma semântica pouco referencial ou específica, resultando em escassez de conteúdo relevante.

A área teórica das hipóteses sobre a evolução da linguagem não é um terreno consensual. Há, de um lado, teorias que concebem o surgimento da comunicação verbal humana em uma perspectiva racionalista, em que pensamento e linguagem, por princípio, coexistem e advieram paralelos na evolução do comportamento humano. Mais do que transformações socialmente adaptativas, mutações genéticas levaram o ser humano à habilidade de combinar recursivamente sons para a expressão em palavras e frases (Chomsky, 2010, 2013, 2016). Logo, a linguagem surge inicialmente como um sistema interno de pensamento estruturado (competência) para posteriormente atender a necessidades comunicativas (desempenho). Uma dessas necessidades comunicativas é a vigilância sobre a manipulação, um conceito que engloba mecanismos cognitivos e sociais desenvolvidos para monitorar a confiabilidade das informações recebidas e proteger contra enganos ou desinformação. Essa vigilância, que pode ser entendida tanto em termos epistêmicos (Sperber *et al.*, 2010) quanto sociais (Shieber, 2023), evolui paralelamente às nossas habilidades comunicativas como uma adaptação crucial para navegar as complexidades da interação humana e da transmissão de conhecimento.

Mas há também teorias que concebem o surgimento da linguagem como uma externalização do pensamento para fins de subsistência. Contextos de mudança provocariam

então a necessidade de os humanos engendrarem esforços verbais para fins de comunicação (Reboul, 2017). A literatura nomeia essa vertente de ‘funcionalista’. Um dos componentes inerentes a esse comportamento é o viés manipulador, uma vez que a linguagem externalizada possibilitaria a persuasão e o jogo estratégico para ganho pessoal, mesmo que limitado pelo objetivo compartilhado de sobrevivência do grupo.

Independentemente da perspectiva adotada, ambas as teorias reconhecem o caráter manipulador da linguagem humana, que teria evoluído não apenas para a transmissão precisa de informações, mas também para a influência e a obtenção de vantagens individuais ou coletivas. Essa natureza manipuladora da linguagem levou ao desenvolvimento de mecanismos de vigilância epistêmica, conforme proposto por Sperber et al. (2010). Esses mecanismos, que são tanto cognitivos quanto sociais, atuam como salvaguardas contra a desinformação, filtrando informações não confiáveis e protegendo os indivíduos e grupos sociais contra os perigos da comunicação não verificada. Especificamente, a vigilância epistêmica opera em três níveis principais: (1) avaliação da competência do comunicador, (2) avaliação da honestidade ou benevolência do comunicador, e (3) avaliação da plausibilidade da própria informação. Esses processos envolvem habilidades cognitivas complexas, como a teoria da mente¹ e o raciocínio inferencial, bem como mecanismos sociais, como a reputação e a confiança interpessoal. No entanto, as estratégias linguísticas empregadas na disseminação de desinformação parecem driblar a vigilância epistêmica, explorando características particulares desses mecanismos cognitivos e sociais, como o viés de confirmação², a heurística de disponibilidade³ e pressões de conformidade social⁴.

Hoje, os enunciados digitais transmitem conteúdo implícito além do significado literal, permitindo que atos de fala indiretos contornem as condições de verdade por meio de inferências pragmáticas (Reboul, 2021). Por exemplo, uma postagem em redes sociais afirmando “*O clima sempre mudou naturalmente ao longo da história da Terra. O que estamos vendo agora não é diferente*”. Embora tecnicamente verdadeiro (que o clima mudou no passado), este enunciado omite o ritmo e a magnitude sem precedentes das mudanças atuais. Ele explora a

¹ Teoria da mente refere-se à capacidade cognitiva de atribuir estados mentais (como crenças, desejos, intenções e emoções) a si mesmo e aos outros, permitindo compreender e prever comportamentos. Esta habilidade é fundamental para a interação social e desenvolve-se ao longo da infância, possibilitando que os indivíduos interpretem e respondam adequadamente às ações e intenções alheias (Bosco; Tirassa; Gabbatore, 2018).

² Víés de confirmação refere-se à tendência de buscar, interpretar e lembrar informações que confirmam crenças ou hipóteses pré-existentes, enquanto se ignora ou desvaloriza informações contraditórias. Esse víés cognitivo leva as pessoas a favorecerem evidências que apoiam suas opiniões, mesmo quando confrontadas com dados que as refutam (Nickerson, 1998).

³ Heurística de disponibilidade designa um atalho mental que se baseia em exemplos imediatos que vêm à mente ao avaliar um tópico ou tomar uma decisão. As pessoas tendem a julgar a probabilidade ou frequência de um evento com base na facilidade com que podem se lembrar de exemplos semelhantes, muitas vezes superestimando a importância de informações recentes ou emocionalmente impactantes (Tversky; Kahneman, 1973).

⁴ Pressão de conformidade social refere-se à influência exercida por grupos ou pela sociedade para que um indivíduo se ajuste a determinadas normas, valores e expectativas. Essa pressão pode levar as pessoas a modificarem seus comportamentos, opiniões ou decisões para se adequarem ao grupo, mesmo que isso contradiga suas próprias crenças ou julgamentos (Asch, 1951).

dificuldade das pessoas em compreender escalas de tempo geológicas e implica, sem afirmar diretamente, que as mudanças climáticas não têm influência humana.

Além disso, os espaços on-line separam o texto/imagem do contexto de base, ampliando o potencial de exploração pragmática. Sem gestos, entonação ou contextos compartilhados, os leitores não podem se valer de pistas extralingüísticas para interpretar significados implícitos. Um comentário como “*Que ótima ideia!*” em resposta a uma proposta política controversa pode ser sincero ou sarcástico. O anonimato também obscurece a identidade do falante, prejudicando as avaliações de credibilidade. Por exemplo, um indivíduo compartilhando informações sobre saúde pública pode ser um especialista ou um desinformador, dificultando a avaliação da confiabilidade da mensagem. Por fim, os algoritmos das plataformas de mídia social desempenham um papel crucial na maximização do engajamento e na exacerbção desses aspectos manipuladores, recomendando o (pseudo)conteúdo preferido pelo usuário com base em suas interações anteriores. Uma pessoa que frequentemente interage com conteúdo conspiratório tende a receber cada vez mais recomendações semelhantes, reforçando suas crenças. Essa retroalimentação cria bolhas de desinformação, onde narrativas distorcidas ou falsas são continuamente reforçadas e amplificadas.

No entanto, para além dos aspectos pragmáticos advindos da evolução da linguagem, podem ser verificados fenômenos mais restritamente linguísticos corresponsáveis pela manipulação. Expressões nominais no plural de semântica vaga (Carlson, 2011), por exemplo, como *algumas pessoas dizem*, implicam consenso sem evidências. Do ponto de vista retórico, a linguagem emotiva igualmente estimula intuições divorciadas da razão e a sátira introduz ideias sob o disfarce do humor e da negação. Esses atos de fala indiretos obscurecem as fronteiras da veracidade, apresentando informações enfraquecidas de forma seletiva para incentivar suposições injustificadas. A transmissão on-line amplifica isso, propagando significados implícitos de forma viral sem sinalizar a intenção retórica.

Portanto, a desinformação parece tirar proveito de uma confluência de fatores linguísticos, cognitivos e tecnológicos. Do ponto de vista linguístico, ela se sustenta em estruturas retóricas e gramaticais que favorecem a ambiguidade, a vagueza e a falta de referencialidade semântica. Na esfera cognitiva, a desinformação explora mecanismos complexos que são objeto de debate interdisciplinar quanto à sua origem e natureza. Esses mecanismos incluem a tendência a aceitar narrativas emocionalmente envolventes e a dificuldade em avaliar criticamente informações congruentes com crenças pré-existentes. O debate sobre a origem desses vieses cognitivos envolve perspectivas diversas, desde adaptações evolutivas até influências socioculturais e processos de aprendizagem, refletindo a complexidade do fenômeno (Haselton; Nettle; Andrews, 2015; Pennycook *et al.*, 2021; Sperber; Mercier, 2017; Zimmer *et al.*, 2019). E, finalmente, no âmbito tecnológico, as arquiteturas das mídias sociais potencializam esses efeitos ao remover pistas contextuais, permitir o anonimato e impulsionar o engajamento com conteúdo polarizante e sensacionalista por meio de algoritmos de recomendação.

O artigo está organizado da seguinte forma: a seção 2 apresenta o panorama teórico das hipóteses sobre a evolução da linguagem, que reforçam o seu caráter eminentemente manipulador. Na seção 3, a vigilância nas interações comunicativas ganha complexidade conceptual através das abordagens epistêmica e social. A seção 4, por sua vez, propõe a análise essencialmente linguística para a manipulação fundamentada na evolução e numa vigilância pragmática, que combina os aspectos epistêmicos e sociais.

2 Da cognição à comunicação: como a evolução da linguagem elucida nossa vulnerabilidade à desinformação

Especulações relacionadas à origem e à evolução das línguas têm ocupado um lugar importante na pesquisa científica através da história. Ao longo dos séculos, muitas teorias foram propostas, e praticamente todas foram contestadas, rejeitadas ou ridicularizadas. Em virtude disso, em 1866, a Sociedade Linguística de Paris tomou a notória decisão de proibir qualquer discussão sobre as origens da linguagem. Entretanto, teorias sobre o tema reemergiram nos anos de 1970. A maioria dos estudos concorda que a linguagem é, em sua essência, singularmente humana, contudo, as evidências quanto à sua evolução permanecem indiretas e as especulações podem fluir livremente. Por outro lado, avanços recentes em genética, arqueologia, neurofisiologia e modelagem por computador fornecem pistas poderosas, embora às vezes conflitantes para lançar luz ao tema (Fitch, 2017).

Para a discussão que queremos desenvolver neste artigo, selecionaremos duas vertentes teóricas do tratamento da evolução da linguagem: 1. A teoria saltacionista de Chomsky (2010, 2013, 2016), que centra a origem da linguagem no pensamento estruturado (nomeado na Gramática Gerativa por “competência”), para posteriormente o ser humano encontrar a comunicação social (“desempenho”). Seria uma abordagem ‘racionalista’. 2. A teoria da externalização de Reboul (2017), que defende a tese do surgimento ou externalização da linguagem depois do pensamento, na hipótese de que a linguagem surge para dar conta de necessidades sociais de sobrevivência. Um termo comum para essa abordagem seria ‘funcionalista’.

As ideias de Noam Chomsky foram muito influentes no pensamento sobre a evolução da linguagem, embora ele não tenha proposto uma teoria evolutiva abrangente. Chomsky (2010, 2013, 2016) argumenta que a linguagem provavelmente surgiu repentinamente nos seres humanos por meio de uma mutação genética fortuita, e não gradualmente por meio da seleção natural adaptativa. Uma simples reconfiguração do cérebro de um indivíduo introduziu a operação central do *Merge* - a capacidade de combinar recursivamente palavras e frases em estruturas hierárquicas infinitas. Chomsky se refere a esse primeiro indivíduo usuário de linguagem como “Prometeu”. Em sua opinião, o *Merge* permitiu imediatamente a expressão de representações conceituais complexas, alinhando a origem da linguagem com o pensamento interno em detrimento das demandas externas de comunicação.

Primeiramente surgiu esse sistema interno de pensamento estruturado, e a comunicação ocorreu posteriormente como uma adaptação secundária (exaptação). Assim, a linguagem evoluiu principalmente para satisfazer o sistema conceitual-intencional em vez de atender necessidades comunicativas. Ele argumenta que as abordagens focadas apenas na função de comunicação correm o risco de perder de vista a origem do sistema computacional gerativo que possibilitou o pensamento humano sem limites. Portanto, na perspectiva de Chomsky, a sintaxe central e as operações combinatórias surgiram internamente, rapidamente e por acaso, e não por meio de uma adaptação gradual para a comunicação (Chomsky, 2010, 2013, 2016; Nóbrega, 2019).

De acordo com Nóbrega (2019), em consonância com Chomsky, as capacidades auditivas e vocais de comunicação dos primeiros hominídeos eram anteriores à linguagem. Mais tarde, elas foram adaptadas como o sistema sensório-motor para a linguagem. As habilidades conceituais e semânticas também eram anteriores à linguagem e foram adaptadas

como o sistema conceitual-intencional que atribui significado a palavras e enunciados. Essas capacidades perceptivas, motoras e conceituais evoluíram para funções não linguísticas em nossos ancestrais. Portanto, a recursividade, i.e., a capacidade combinatória, foi a principal inovação linguística, enquanto outras capacidades perceptivas e cognitivas já existiam e foram adaptadas (Nóbrega, 2019).

Numa outra perspectiva, Reboul (2017) propõe uma abordagem de duas etapas para a evolução da linguagem, ao contrário da abordagem incremental darwiniana (através de estágios graduais) e da saltacionista chomskyana. Ela sugere uma espécie de enfoque interacionista-funcionalista, levando em consideração fatores internos e ambientais, e explicando a singularidade da linguagem sem contradizer a seleção natural de Darwin. Ao tratar a linguagem como um sistema cognitivo interno que, em um segundo momento, foi externalizado para atender necessidades comunicativas, Reboul (2017) apresenta uma visão que, embora dialogue com aspectos do funcionalismo, difere da perspectiva chomskyana ao enfatizar que a externalização da linguagem surgiu como resposta adaptativa às demandas sociais, e não como uma mutação genética fortuita. Esta abordagem permite integrar a universalidade das estruturas linguísticas proposta pela gramática gerativa com uma explicação evolutiva gradual baseada em pressões seletivas sociais. Seu modelo resolve aparentes contradições entre os universais linguísticos e a diversidade linguística ao propor que as propriedades universais vêm das fundações biológicas compartilhadas (como a operação *Merge* e a cognição), enquanto a diversidade emerge durante o processo de externalização, através de dinâmicas derivacionais, processos de gramaticalização e extensões variáveis de conceitos cognitivos centrais, quando a linguagem se adapta às necessidades comunicativas específicas.

No entanto, Reboul (2017) argumenta que a linguagem não evoluiu apenas por altruísmo, pois o compartilhamento de informações parece evolutivamente implausível. Ela propõe uma hipótese manipuladora, dado que a comunicação implícita demonstra sutilezas da intencionalidade na linguagem. Assim, a linguagem externalizada possibilitou a persuasão e o jogo estratégico para ganho pessoal, embora não diretamente hostil, já que a sobrevivência do grupo era interdependente. Ou seja, a linguagem também transmitia propósitos enganosos desde seus estágios iniciais, juntamente com motivações cooperativas. As habilidades retóricas de persuasão, ocultação e manipulação proporcionavam benefícios seletivos individuais, embora limitados pelo objetivo compartilhado. Conforme propõem teóricos como Boyd e Richerson (2009), a inteligência maquiavélica e a vigilância epistêmica podem ter coevoluído em uma “corrida armamentista” entre o engano e a sua detecção.

Embora as teorias de Chomsky e Reboul apresentem visões um tanto distintas sobre a evolução da linguagem, ambas oferecem insights importantes para compreender nossa vulnerabilidade à desinformação. Na perspectiva chomskyana, a emergência repentina da operação de *Merge* como sistema computacional interno criou uma capacidade cognitiva sem precedentes para gerar e processar estruturas hierárquicas complexas. Esta mesma capacidade que nos permite pensar de forma sofisticada também nos torna suscetíveis a narrativas elaboradas que podem se distanciar da realidade. O sistema conceitual-intencional, que atribui significados a estas estruturas, parece operar independentemente de considerações sobre verdade ou falsidade, focando-se na coerência interna das representações mentais.

Por outro lado, a teoria de Reboul sobre a externalização da linguagem para fins sociais e sua hipótese manipuladora complementam este quadro ao explicar como estas capacidades cognitivas foram direcionadas para a comunicação estratégica. A coevolução entre a inte-

ligência maquiavélica e a vigilância epistêmica sugere que, desde suas origens, a linguagem humana desenvolveu-se em um contexto de tensão entre cooperação e manipulação. Nossa vulnerabilidade à desinformação, portanto, não seria um subproduto acidental, mas uma característica intrinsecamente ligada à própria natureza dual da linguagem - como sistema de pensamento (Chomsky) e como instrumento de influência social (Reboul).

Assim, a convergência destas perspectivas teóricas sugere que nossa suscetibilidade à desinformação tem raízes profundas na própria evolução da linguagem. A capacidade cognitiva que nos permite gerar e compreender estruturas linguísticas complexas, combinada com a função social-estratégica da comunicação, cria um terreno particularmente fértil para a disseminação de conteúdos enganosos, especialmente em ambientes comunicativos que amplificam estes atributos evolutivos.

3 Os mecanismos de vigilância epistêmica e a comunicação estratégica manipuladora

A comunicação é essencial para os seres humanos porque nos organizamos em grandes grupos. Desde a coordenação de ações coletivas até a negociação de relações recíprocas à aprendizagem social, a vida humana em sociedade tem sido possibilitada pela comunicação. Dado que o processo de comunicação é falível, os ouvintes correm o risco de serem mal-informados (seja deliberadamente, por um falante enganador, ou inadvertidamente, por falha accidental de comunicação). Assim, Sperber et al. (2010) desenvolveram a noção de que somos “epistemicamente vigilantes” - nossas habilidades comunicativas trabalham em conjunto com mecanismos projetados para monitorar a confiabilidade das informações: “[...] a vigilância (ao contrário da desconfiança) não é o oposto da confiança; é o oposto da confiança cega” (Sperber et al., 2010, p.363, *tradução nossa*).

Além disso, em vez de ser cooperativa, no sentido griceano, a comunicação pode ser estratégica (Reboul, 2021). Este cenário sugere que mecanismos de vigilância epistêmica teriam se desenvolvido juntamente com habilidades comunicativas, i.e., uma pressão de seleção favorecendo mecanismos de proteção contra a desinformação (Sperber et al., 2010). Essa afirmação é consistente com as pesquisas evolutivas humanas, uma vez que “[...] nosso complexo cérebro está tão bem sintonizado com os fatores ameaçadores de nosso ambiente, incluindo a ameaça de ser usado em benefício de outro agente, que provavelmente desenvolvemos mecanismos de proteção contra a exploração [...]” (Ghossainy; AL-Shawaf; Woolley, 2021, p. 2, *tradução nossa*).

A vigilância epistêmica desempenha um papel fundamental na filtragem da desinformação, embora apresente imperfeições intrínsecas. Os principais mecanismos que impulsionam a vigilância epistêmica podem ser categorizados da seguinte forma:

- (1) Ludíbrio estratégico: À medida que a linguagem e as habilidades de comunicação evoluíram nos seres humanos, a capacidade de enganar e espalhar desinformação também melhorou. A vigilância epistêmica surgiu como uma adaptação para detectar o engodo e as informações não confiáveis, aumentando, assim, os benefícios da comunicação. Reboul (2017) argumenta que a linguagem evoluiu para ter “relevância ótima” e sinceridade, em vez de ludíbrio estratégico.

- (2) Limitações cognitivas: As habilidades de raciocínio humano são limitadas e propensas a certas heurísticas⁵ e vieses⁶. A vigilância epistêmica atua como uma proteção contra a influência ou manipulação indevida em virtude dessas limitações e atributos cognitivos. Ela permite uma avaliação mais crítica das informações comunicadas.
- (3) Coordenação social: O bom funcionamento dos grupos sociais depende do acesso a informações verdadeiras e confiáveis. A vigilância epistêmica permite a avaliação de informações de outras pessoas e ajuda a estabelecer normas de cooperação em torno da comunicação honesta e precisa. Isso beneficia a coesão do grupo e o bem-estar coletivo.
- (4) Acúmulo de conhecimento: A cultura e a tecnologia evoluem com base na construção de conhecimento e no compartilhamento de inovações entre grupos e gerações. A vigilância epistêmica permite a avaliação crítica de novas ideias, teorias e informações, possibilitando o progresso com base em fatos e evidências, em vez da “disseminação da desinformação”. Ela atua como um mecanismo para otimizar a veracidade e a utilidade do conhecimento compartilhado.
- (5) Alocação de recursos cognitivos: Há um número excessivo de informações, tanto verdadeiras quanto falsas, disponíveis no ambiente para qualquer indivíduo processar completamente. A vigilância epistêmica permite a alocação eficiente de recursos mentais para processar informações com maior probabilidade de serem verdadeiras e valiosas, em vez de desperdiçar esforços com alegações duvidosas. Isso proporciona uma vantagem evolutiva.

Em resumo, a vigilância epistêmica evoluiu como uma adaptação para detectar ludíbrios, limitar a manipulação, permitir a coordenação social baseada no conhecimento verdadeiro, otimizar a disseminação de informações factuais e alocar racionalmente os recursos cognitivos. Ela atua como uma salvaguarda para indivíduos e grupos sociais contra os perigos da comunicação não verificada. Reboul (2017) argumenta que a sinceridade e a honestidade são ideais para a linguagem, enquanto o engodo introduz efeitos ‘parasitários’.

Sperber e Mercier, em sua Teoria Argumentativa da Razão (Sperber; Mercier, 2017), conectam particularidades da racionalidade e da comunicação humanas. Essencialmente, eles propõem que a racionalidade é orientada para produzir e avaliar as razões que o indivíduo produz para persuadir os outros e aquelas que os outros produzem para persuadi-lo. Em

⁵ Heurísticas são estratégias cognitivas que funcionam como atalhos mentais, permitindo-nos tomar decisões de maneira eficiente e econômica - sem a necessidade de processar todas as informações disponíveis. Desenvolvidas a partir da experiência e do aprendizado, estas estratégias são dinâmicas e adaptativas, sendo constantemente atualizadas conforme novas informações e experiências são adquiridas. Elas direcionam nossa atenção e orientam nosso processamento informacional.

⁶ Os vieses cognitivos são predisposições para favorecer determinadas conclusões em detrimento de outras, funcionando como tendências e inclinações que influenciam nossas decisões. Há divergências importantes na literatura sobre sua natureza e função: enquanto alguns pesquisadores os consideram desvios sistemáticos prejudiciais ao pensamento racional, outros os entendem como adaptações cognitivas que evoluíram para permitir decisões rápidas e eficientes em ambientes de incerteza. Quanto à sua origem, também não há consenso: podem ter sido programados pela evolução, aprendidos através da socialização e experiência, ou emergiram da interação entre predisposições genéticas e fatores ambientais.

outras palavras, a racionalidade evoluiu para comunicação persuasiva, enquanto a vigilância epistêmica evoluiu para defesa contra a comunicação manipuladora (Reboul, 2021).

Contudo, um artigo recente (Shieber, 2023) questiona a teorização da vigilância epistêmica. O autor argumenta que não somos de fato bons em avaliar qualidades epistêmicas relevantes como a honestidade e a competência dos interlocutores. Ao invés disso, apresenta evidências de que nossa vigilância serve principalmente a propósitos de status social: evoluímos para monitorar sinais de status relativo nos outros a fim de manter ou melhorar nosso próprio status. Dessa forma, ele propõe substituir a noção de vigilância epistêmica pela de ‘vigilância maquiavélica’, centrada em considerações de status ao invés de qualidades epistêmicas.

Evidências empíricas em estudos recentes (Shieber, 2023) parecem favorecer o relato maquiavélico como o objetivo principal por trás dos mecanismos de vigilância humana, devido à prevalência do comportamento de busca de status e à relativa imprecisão na detecção do ludibri. Contudo, a teoria evolucionária prevê que a vigilância da verdade conferiria vantagens na cooperação, na coordenação de grupos e no ensino. Vários estudos evidenciam que as crianças demonstram confiança seletiva e ceticismo em relação aos informantes desde cedo, sugerindo que a vigilância epistêmica se desenvolve de forma inata (Mazzarella; Vaccargiu, 2024). Entendemos, portanto, que as concepções de vigilância epistêmica e social estão interrelacionadas, dados os pressupostos da Teoria Argumentativa da Razão (Sperber; Mercier, 2017), e poderiam ter evoluído complementarmente nos seres humanos. Nossa hipótese seria de uma combinação que favorece o maquiavelismo nos ambientes de informação modernos. Isso provavelmente decorre de uma interação entre nosso perfil cognitivo evolutivo e as recentes e rápidas mudanças sociais e tecnológicas. As possíveis soluções podem incluir o letramento midiático para aprimorar as habilidades de vigilância epistêmica e a regulamentação das plataformas de mídia social.

Entretanto, voltando à pergunta que norteia a nossa pesquisa (*Por que o conteúdo enganoso prospera on-line?*), o discurso de desinformação parece driblar as operações da vigilância epistêmica. Na seção seguinte, vamos argumentar que estruturas retórico-linguísticas específicas sustentam o aparente paradoxo entre o pressuposto da vigilância epistêmica e os engodos parasitários da manipulação pela desinformação.

4 Fenômenos linguísticos da desinformação

A desinformação, portanto, subverte alguns alicerces da vigilância epistêmica. Comunicadores manipuladores empregam técnicas estratégicas de persuasão para disseminar alegações que não são apoiadas por evidências. De outro lado, o controle de estruturas linguísticas que funcionam como pistas argumentativas e semânticas passa a ser utilizado para o efeito da *não especificidade*, *não referencialidade* de fatos, *não preenchimento* de atores, tempos e lugares de eventos. Enfim, a desinformação passa a ser caracterizada linguisticamente por falta de referencialidade semântica das estruturas controladas - consciente ou inconscientemente - pelo efeito da desinformação.

Além disso, como qualquer objeto textual e discursivo de análise, a desinformação guarda estratégias visuais e linguísticas das mais diferentes ordens teóricas e metodológicas. A interação entre linguagem verbal e não verbal oferece aos propagadores de desinformação uma ampla gama de estratégias para influenciar a percepção e interpretação do público. A

combinação de elementos visuais, como imagens e cores, com linguagem escrita pode criar narrativas persuasivas e enganosas, dificultando a detecção da desinformação.

Uma análise linguística da desinformação - foco desta seção - requer, portanto, o pressuposto interdisciplinar: desde os preceitos da retórica e pragmática, até a lupa sobre as estruturas gramaticais – aqui, concentradas na semântica e na sintaxe.

Mas, afinal, quais são esses fenômenos linguísticos que fazem o estrago desinformacional? Um arranjo preliminar deles pode ser listado nos cinco itens abaixo.

4.1 Linguagem emocional e narrativas dramáticas

As emoções desempenham um papel significativo na disseminação de desinformação, influenciando a forma como as pessoas percebem e compartilham informações. Estudos recentes destacam que a dependência das emoções pode promover a crença em notícias falsas, pois as emoções podem obscurecer a avaliação crítica da veracidade das informações, levando a compartilhamentos baseados em respostas emocionais imediatas, sem uma análise cuidadosa da credibilidade da fonte ou do conteúdo (Martel; Pennycook; Rand, 2020). Por outro lado, a disseminação de notícias verdadeiras ou falsas online é influenciada pela interação complexa entre fatores emocionais e cognitivos. Pesquisas demonstram que notícias falsas tendem a se espalhar mais rapidamente e atingir um alcance maior do que notícias verdadeiras, em parte devido ao apelo emocional e à novidade que despertam, resultando em uma propagação acelerada e amplificada dessas informações enganosas (Vosoughi *et al.*, 2018).

Um tratamento retórico da linguagem emocional traz algumas opções de análise interessantes. Na retórica clássica (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996), nomeadamente no sistema aristotélico, o discurso se constitui por três elementos: o *eu* (quem fala/escreve), o *tu* (quem ouve/lê) e o *ele* (a que se refere). Por pressuposto dialógico, todo discurso contém necessariamente os três. Esses três elementos, ou entidades discursivas, ganham os rótulos *ethos*, *pathos* e *logos*. Um texto construído pelo e no apelo emocional do autor está centrado no *ethos*; inclui, por exemplo, expressões do tipo *sempre trabalhei muito, dedicando suor, tempo e energia à empresa, mas nunca tive o retorno merecido*. O texto direcionado ao ouvinte e suas emoções está centrado no *pathos*; inclui trechos como *você mulher trabalhadora mereceria mais do que a miséria que ganha*. Por fim, o texto que se volta à informação objetiva está centrado no *logos*; traz trechos como *em 2013 mais de 50% das famílias brasileiras eram mantidas por mulheres*. Gêneros jornalísticos informativos, como matéria, infográfico, etc., são textos do argumento *logos*; já gêneros apelativos, como panfleto, manifesto, etc., tendem aos argumentos *ethos* e/ou *pathos*.

Ora, o texto de desinformação não se pretende objetivo ou referencial. Suas escolhas retóricas são frequentemente apelativas, projetando os elementos *ethos* e *pathos*. Em seu canal do Youtube⁷, o militar da reserva Sílvio Matos multiplica vídeos apelativos em favor da defesa da causa conservadora da direita, utilizando-se messianicamente da figura do ex-presidente Jair Bolsonaro:

⁷ Disponível em: <https://youtube.com/watch?v=O1x6oJlhhyk>. Acesso em: 02/04/2024.

-
- (1) **Eu não queria dizer isso**, porque pode **ferir sensibilidades**, desmanchar **castelos de areia e coisa e tal**.
 - (2) Mas, **que se dane**. O fato nu e cru é que Bolsonaro vem sendo canonizado, imortalizado e santificado no altar máximo da glorificação histórica.
-

O primeiro enunciado, **eu não queria dizer isso**, que abre o vídeo, guarda o efeito de projeção de um *ethos* apelativo, seguido da expressão **ferir sensibilidades**, que projeta o *pathos* – sensível e apoiado em **castelos de areia**. Na sequência, o falso *logos*, antecedido da desqualificação do *pathos* (**que se dane**), refere propriedades messiânicas e irreais do personagem político Bolsonaro.

Ademais, observamos como a estrutura sintática do enunciado (1) emprega uma subordinação que serve para mascarar a agentividade. A oração principal, **eu não queria dizer isso**, é seguida por uma oração subordinada causal introduzida por **porque**, que por sua vez contém uma sequência coordenada de infinitivos **ferir, desmanchar**, sem sujeito explícito. Esta estrutura sintática permite ao falante distanciar-se da responsabilidade pelo conteúdo do enunciado.

Do ponto de vista cognitivo, o texto explora o viés de ancoragem⁸ ao estabelecer inicialmente uma postura de aparente relutância, **não queria dizer**, que serve como âncora para a posterior apresentação da informação supostamente importante. O efeito de enquadramento é evidenciado pela transição abrupta do enunciado (1) para o (2), onde a expressão **que se dane** reconfigura o quadro interpretativo.

Na perspectiva pragmática, podemos identificar a violação deliberada das máximas de qualidade e de quantidade de Grice no enunciado (2), onde a sequência hiperbólica de participios, **canonizado, imortalizado e santificado**, constitui uma clara sobreposição de termos semanticamente relacionados que viola o princípio de informatividade. O ato ilocucionário aparentemente assertivo mascara um ato perlocucionário de persuasão ideológica.

Finalmente, os enunciados manipulam os custos de processamento cognitivo: o primeiro enunciado gera uma expectativa de relevância (Sperber; Wilson, 1995) ao sugerir que o autor vai corajosamente apresentar uma novidade, enquanto o segundo viola essa expectativa ao apresentar uma sequência de metáforas religiosas que exigem maior esforço interpretativo do ouvinte, o que pode enfraquecer a avaliação crítica do conteúdo (vigilância epistêmica).

4.2 Repetição

A disseminação de desinformação se beneficia da repetição, pois ela influencia a sensação da veracidade das informações. A exposição prévia aumenta a percepção de precisão de notícias falsas, mesmo quando rotuladas como contestadas por verificadores de fatos ou quando em

⁸ O viés de ancoragem é um atalho mental em que as pessoas tendem a se apoiar excessivamente na primeira informação recebida (a “âncora”) ao tomar decisões subsequentes. Este viés cognitivo faz com que os julgamentos sejam desproporcionalmente influenciados por um ponto de referência inicial, mesmo quando este não é relevante para a decisão em questão. Por exemplo, quando alguém estabelece um preço inicial em uma negociação, este valor tende a servir como âncora para toda a discussão subsequente, influenciando o valor final acordado, independentemente de sua adequação real (Tversky; Kahneman, 1974).

desacordo com a ideologia política do leitor. A fluência gerada pela repetição contribui para o chamado “efeito de verdade ilusória”, levando a um aumento na credibilidade de manchetes de notícias falsas, mesmo quando apresentadas como contestadas, sugerindo que a repetição pode incubá-las nas plataformas de mídia social, desafiando a eficácia de rotulá-las como disputadas (Pennycook; Cannon; Rand, 2018).

Por outro lado, a repetição aumenta a percepção de veracidade tanto para declarações plausíveis quanto implausíveis. Contrariando a ideia de que a repetição não afeta a crença em declarações inequívocas, os resultados indicam que a crença em todas as declarações é ampliada pela repetição. O efeito de verdade ilusória é mais pronunciado para itens ambíguos, mas isso pode ser explicado pelas propriedades psicométricas da tarefa, não por um mecanismo psicológico subjacente que bloqueia o impacto da repetição em itens implausíveis. Esses achados ressaltam a robustez do efeito de verdade ilusória, que ocorre em todos os níveis de plausibilidade, sugerindo que até mesmo declarações altamente implausíveis se tornam mais plausíveis com repetição suficiente (Fazio; Rand; Pennycook, 2019).

Para além dos elementos *ethos* e *pathos*, que sustentam argumentos emocionais e apelativos, e do elemento *logos*, que está na base dos argumentos informativos, o sistema retórico aristotélico organiza um enunciado retórico em cinco partes: INVENTIO, DISPOSITIO, ELOCUTIO, MEMORIA, ORATORIA (Fiorin, 2015). Em uma sociedade oralizada como a do mundo clássico, o exercício de MEMORIA e a arte de falar em público, em ORATORIA, tornam-se pontualmente pertinentes. Mas são a INVENTIO, a DISPOSITIO e a ELOCUTIO as partes conceituais, e, portanto, universais, do ato retórico: elas perpassam os atos comunicacionais, orais e escritos, de diferentes sociedades. A tríade bakhtiniana TEMA, COMPOSIÇÃO e ESTILO (Bakhtin, 1992), que constituem os gêneros do discurso, recuperam esses mesmos conceitos.

A INVENTIO define-se pela elaboração argumentativa a partir da realidade não linguística – o mundo: a observação de um fenômeno, a formulação de um juízo, opinião, tese sobre o fenômeno, e por fim a construção de argumentos. O fato é real, verdadeiro. Os argumentos são verossímeis; o orador manipula dados da realidade para sustentar seu juízo.

A COMPOSITIO define-se pela estruturação textual: as partes que vão compor o ato retórico, a sequência de ideias que sustentam a argumentação. Tudo isso antecede a comunicação linguística propriamente dita.

Por fim, a DISPOSITIO refere-se ao modo de dizer, sendo um trabalho exclusivamente pautado nos mecanismos linguísticos, no lugar de referir-se de alguma forma ao mundo, ou ao conteúdo verossímil das ideias, como ocorre na INVENTIO e na COMPOSITIO. É a realização verbal concreta das outras duas partes conceituais da retórica. As figuras de linguagem entram aqui, tais como a metáfora, a hipérbole, a repetição.

Em um vídeo postado no Youtube⁹, Jorge Gustavo, um suposto químico “autodidata”, defende a ineficácia do álcool em gel para a prevenção do contágio por Covid-19, sugerindo que seja utilizado o vinagre para esterilização de superfícies. Após uma extensa exposição da improficiência do álcool em gel, o autor do vídeo dispara sentenças repetidas na forma do imperativo:

⁹Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DAGYXL-FqMY&feature=youtu.be>. Acesso em: 02/04/2024.

-
- (3) (...) só que o vinagre é muito barato e essas empresas, as indústrias farmacêuticas, elas estão perdendo dinheiro junto com a Globo e outros jornais que falam que o álcool gel é o melhor que existe, não é. **Pare** de usar! Você está dando dinheiro para estes caras, **utilize** o vinagre, **passee** nas suas mãos, **passee** nos seus dedos, **esfregue**, ele sim mata. Todos ácidos matam, até o ácido do limão mata, só que o limão queima, em contato com o sol vai queimar a sua pele, mas o vinagre não.
-

Observamos como a estrutura textual dos enunciados imperativos no exemplo (3) revela um padrão significativo de repetições. A sequência **pare de usar, utilize o vinagre, passee nas suas mãos, passee nos seus dedos, esfregue** permite a construção de uma hierarquia de comandos que se sobrepõem e se reforçam mutuamente, criando um efeito cumulativo persuasivo.

Na perspectiva pragmática, o enunciado (3) manipula estratégicamente o princípio de relevância ótima (Sperber; Wilson, 1995). A menção ao baixo custo do vinagre (**muito barato**) e à suposta conspiração das indústrias farmacêuticas cria uma expectativa de relevância (devido à vantagem econômica e social) que reduz o esforço cognitivo necessário para aceitar a premissa principal. Esta estratégia é reforçada pela estrutura argumentativa que viola deliberadamente a máxima de qualidade de Grice ao fazer afirmações sem evidências adequadas. Este tipo de construção leva à aceitação da informação comunicada sem uma avaliação cuidadosa (burla a vigilância epistêmica).

Além de repetição de expressões (lexicais ou gramaticais), intensificadoras dos efeitos manipuladores, os textos não raras vezes apelam ao uso de perguntas repetidas na estratégia de persuasão. Esta técnica pode ser observada em um artigo na Revista Oeste¹⁰, onde o jornalista Guilherme Fiúza, de conduta conservadora, questiona o uso das vacinas no combate ao Corona vírus:

-
- (4) Vocês resolveram pular as dúvidas sobre as vacinas? Elas são ótimas e fim de papo? Ok. Vocês são maiores e vacinados, devem saber o que estão fazendo. Mas por que estão tentando obrigar todo mundo a ter a fé cega de vocês? Não era ciência? [...]
- (5) O período de vacinação coincidiu com o surgimento de variantes mais infecciosas. Isso está sendo estudado? Ou você acha que não precisa de estudo — basta gritar que “não tem nada a ver uma coisa com a outra”? Se o postulado acima está errado, ele não deveria ser refutado com ciência? Ou refutação agora se faz com grito e censura?
-

O que se pode concluir a partir desse traço linguístico do texto de desinformação é que tanto a repetição como outras construções figurativas são artifícios para o autor/orador manipular o texto que não opta pelo conteúdo informativo. Nesse sentido, a desinformação caracteriza-se por inflar a ELOCUTIO, e esvaziar a INVENTIO, apoiando-se mais na forma do que no conteúdo. Claro, não há conteúdo a ser explorado.

O texto vale-se sistematicamente do efeito de verdade ilusória através de múltiplos mecanismos. A repetição lexical e estrutural não apenas facilita o processamento cognitivo,

¹⁰ FIUZA, Guilherme. O escândalo do passaporte sanitário. Revista Oeste, edição 58, 30 abr. 2021. Disponível em: https://revistaoeste.com/revista/edicao-58/_trashed/. Acesso em: 02/04/2024.

como também ativa o viés de disponibilidade¹¹, fazendo com que as informações repetidas se tornem mais facilmente recuperáveis na memória. Este processo é particularmente evidente no exemplo (4), onde a sequência de perguntas retóricas cria um padrão de processamento que reduz progressivamente a resistência cognitiva do leitor às premissas apresentadas.

Ademais, os exemplos (4) e (5) demonstram como a desinformação explora a interface entre gramática e pragmática através do uso estratégico de perguntas retóricas. A estrutura interrogativa revela um padrão de movimento-Q que cria posições sintáticas privilegiadas para elementos que carregam pressuposições manipulativas. Este mecanismo sintático, combinado com o efeito psicológico da repetição, cria um ambiente cognitivo onde as inferências pretendidas pelo autor são processadas com menor resistência crítica – burlando a vigilância epistêmica.

Portanto, os mecanismos linguísticos e cognitivos se articulam na construção do discurso desinformativo, evidenciando que a eficácia da desinformação reside não apenas no conteúdo das mensagens, mas na exploração sofisticada das próprias estruturas que fundamentam nossa capacidade de processamento linguístico e cognitivo.

4.3 Ataques do tipo *ad hominem* (contra a pessoa)

Os ataques do tipo *ad hominem*, que consistem em desmascarar ou atacar agressivamente a credibilidade de uma mensagem ou mensageiro manipulador, podem ocorrer em determinadas abordagens de checagem de fatos e causar efeitos contraproducentes na luta contra a desinformação. Essa estratégia, ao invés de desacreditar a informação falsa, pode polarizar o público e fortalecer a crença na desinformação, um fenômeno conhecido como “efeito do tiro pela culatra”. Em vez de promover um debate racional e imparcial, os ataques pessoais provocam mecanismos de defesa nas pessoas, levando-as a se apegar ainda mais às crenças pré-existentes, mesmo que sejam baseadas em informações falsas (Nyhan; Reifler, 2010).

No conteúdo das peças de desinformação também são empregados ataques *ad hominem* como uma estratégia retórica para desviar o debate atacando a pessoa do argumentador, em vez de refutar o argumento em si. Essa falácia é empregada como uma forma de evitar discutir o conteúdo do argumento, focando em aspectos pessoais do interlocutor. Os ataques assumem diversas formas, como atacar a moral do argumentador, sua aparência física, nacionalidade, idade, religião, escolaridade, entre outros aspectos pessoais. As abordagens visam desacreditar o interlocutor de maneira pessoal, sem necessariamente refutar os argumentos apresentados. Essa tática, ao invés de promover um diálogo construtivo e baseado em evi-

¹¹ A heurística da disponibilidade, embora seja um atalho mental útil que nos permite fazer julgamentos rápidos com base na facilidade com que exemplos vêm à mente, pode se transformar em viés quando fatores não relacionados à frequência real dos eventos afetam sua disponibilidade mental. Por exemplo, eventos mais recentes, dramáticos ou emocionalmente marcantes tornam-se mais facilmente recuperáveis da memória, levando a uma superestimação de sua probabilidade ou frequência, mesmo quando são estatisticamente raros. Tversky e Kahneman (1974) demonstram que este viés pode levar a erros sistemáticos de julgamento, como quando pessoas avaliam o risco de acidentes aéreos como maior após terem conhecimento de um acidente recente.

dências, busca minar a reputação do argumentador e desviar a atenção do conteúdo discutido, prejudicando a qualidade do debate e a busca pela verdade (Walton, 2009).

Em um debate promovido pelo canal de televisão BAND, em 28/08/22¹² ainda em fase de campanha do primeiro turno às eleições presidenciais, os jornalistas formularam uma pergunta ao candidato Jair Bolsonaro, nos seguintes termos: “Poder Executivo, Legislativo, Judiciário. Na Constituição, eles deveriam funcionar de forma harmoniosa, independente. Na vida real, na prática, conflito, intromissão um no outro. Se o senhor for reeleito, o que pretende fazer para reduzir esse clima de tensão que não contribui com a ordem e o progresso do Brasil?”

Na resposta, o candidato Bolsonaro enalteceu a ideia de que suas escolhas para os cargos de ministros aconteciam exclusivamente por critérios técnicos, e não políticos. Em uma quebra temática na resposta, Bolsonaro entra na crítica ao ministro Alexandre de Moraes, do STF, reconhecidamente um opositor.

-
- (6) Hoje, vocês conhecem quem são os meus ministros e sabem a capacidade de cada um. Possíveis problemas com o Supremo Tribunal Federal. É uma voz corrente. A ingerência, o ativismo judicial que hoje se faz presente no Brasil. **O ministro** agora pouco interferiu, mandando investigar, fazendo busca e apreensões, entre outras **barbaridades**, num grupo de empresários. Ou seja, esse não é um trabalho do Poder Judiciário. Reagir no tocante a isso.
-

Além dos enunciados incompletos, que imprimem falta de coesão à fala (**Possíveis problemas com o Supremo Tribunal Federal, A ingerência, o ativismo judicial que hoje se faz presente no Brasil, Reagir no tocante a isso**), o candidato se refere a Alexandre de Moraes através da expressão definida **O ministro**. Não há intenção de apontar especificamente ao indivíduo, e sim, logo na sequência, elencar os seus feitos ameaçadores de sua candidatura, generalizados pelo nome coletivo **barbaridades**.

As estruturas sintáticas fragmentadas e incompletas do discurso de Bolsonaro revelam um padrão interessante. A competência linguística do falante, que segundo Chomsky permitiria gerar sentenças bem formadas, é propositalmente subvertida para criar um efeito retórico específico. Os enunciados truncados (**Possíveis problemas com o Supremo Tribunal Federal, A ingerência, o ativismo judicial**) demonstram como a capacidade gerativa da linguagem pode ser manipulada estrategicamente para evitar comprometimento direto com as alegações.

O enunciado também explora o viés de disponibilidade ao evocar eventos recentes (**O ministro agora pouco interferiu**) para aumentar a saliência cognitiva das acusações. Esta estratégia se apoia no fato de que exemplos facilmente recuperáveis da memória tendem a ser percebidos como mais frequentes e relevantes, influenciando o julgamento do ouvinte sobre a legitimidade das ações do ministro.

Na perspectiva pragmática, o texto apresenta violações estratégicas das máximas conversacionais de Grice, especialmente de modo e quantidade. A falta deliberada de clareza e completude nos enunciados gera implicaturas que permitem ao falante comunicar críticas sem se comprometer explicitamente com elas. O uso da expressão definida, **O ministro**, sem especificação prévia do referente, viola a máxima de modo, mas serve ao propósito retórico

¹² Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/leia-a-transcricao-do-debate-presidencial-da-band/>. Acesso em: 22/04/2024.

de despersonalização do alvo. A violação da máxima de quantidade se manifesta através dos enunciados incompletos e fragmentados (**Possíveis problemas com o Supremo Tribunal Federal, A ingerência, o ativismo judicial**), que fornecem menos informação do que o necessário para a compreensão adequada do contexto, permitindo ao falante sugerir críticas sem precisar apresentar evidências ou argumentos completos que as sustentem.

Além disso, o texto manipula os custos de processamento cognitivo. As estruturas sintáticas fragmentadas e as referências genéricas ou vagas (Carlson, 2011) aumentam o esforço de processamento necessário para interpretar a mensagem, mas esse custo adicional é compensado pelos efeitos contextuais gerados - neste caso, a sugestão de irregularidade nas ações do **ministro** sem afirmá-la diretamente, suscitando a expectativa de relevância no ouvinte. Este jogo, contudo, permite driblar os mecanismos de vigilância epistêmica.

Esta interação entre estruturas sintático-semânticas, vieses cognitivos e princípios pragmáticos demonstra como o ataque *ad hominem* se materializa linguisticamente através de múltiplos níveis, evidenciando a sofisticação dos mecanismos linguísticos empregados na construção do discurso desinformativo.

4.4 Vagueza e ambiguidade

A vagueza é uma estratégia intricada e útil utilizada para disseminar desinformação. A linguagem imprecisa e ambígua permite que os propagadores de informações falsas criem narrativas que são difíceis de serem contestadas diretamente, obscurecendo a falta de evidências ou fundamentação por trás das alegações. Essa estratégia visa confundir e desorientar, minando a capacidade das pessoas de avaliar criticamente as informações que recebem. Além disso, a vagueza é empregada como uma ferramenta para burlar os dispositivos de vigilância epistêmica, contornando os mecanismos de verificação e validação da informação e tornando mais desafiador para os receptores discernir entre o que é verdadeiro e o que é falso.

Ao apresentar informações de forma vaga e ambígua, os responsáveis pela disseminação de conteúdos falsos podem alegar que não tinham a intenção de enganar, uma vez que a imprecisão na comunicação permite interpretações variadas. Essa estratégia de negação plausível permite que os agentes desinformativos se distanciem das acusações de má conduta, ao mesmo tempo em que mantêm a eficácia de suas mensagens enganosas. Assim, a vagueza é empregada não apenas para disseminar desinformação, mas também para fornecer uma justificativa aparentemente legítima para a propagação de informações falsas. Portanto, a linguagem imprecisa dificulta a refutação de uma alegação e obscurece a falta de evidências ou fundamentação. A construção de significados ambíguos ou vagos tem como base o funcionamento da gramática das línguas naturais. A vagueza, a falta de referencialidade e especificidade das expressões nominais e a consequente ambiguidade configura-se como um fenômeno muito frequente.

Em uma postagem exclusivamente verbal no WhatsApp, que foi documentada e desqualificada no site Boatos.org¹³, destacamos os nomes com pouca referencialidade:

¹³ Disponível em: <https://www.boatos.org/saude/dr-patrick-martin-dra-lidia-rota-vender-dicas-novo-coronavirus.html>. Acesso em: 02/04/2024.

-
- (7) Meu médico **Patrick Martin** acabou de me enviar o seguinte:
Para ler muito interessante:
NÃO PARAMOS O VÍRUS COM PÂNICO MAS POR INTELIGÊNCIA
Acabei de fazer a tradução do texto em italiano recebido. Estou enviando gradualmente para todos os meus amigos que falam francês. Por isso não evite em transferi-lo o máximo possível. Essa informação vem de **médicos atualmente na linha de frente do Corona vírus**, que podem ajudar um cem número de pessoas. COPIAR, IMPRIMIR, PASSAR.
- (8) **Amanda Castello**
Aqui estão novas informações de **um pesquisador de Shenzhem transferido para Wuham** para trabalhar com a força tarefa da epidemia do Coronavírus.
As informações a seguir são claras e acessíveis a todos, descrevendo exatamente o que é o vírus, como é transmitido de pessoa para pessoa e como pode ser neutralizado na vida cotidiana. [...]
-

O primeiro nome próprio que aparece no texto seria de um médico: **Patrick Martin**. No entanto, informações mais detalhadas, do tipo filiação institucional, área de atuação, endereço de currículo, não são exploradas. A mesma estratégia aconteceu no nome **Amanda Castello**, que seria a remetente da mensagem aos conhecidos brasileiros, falantes de português.

Aqui entra outro aspecto persuasivo do texto: a remetente insinua que traduz do italiano para o francês, para gentilmente repassar aos brasileiros. Há uma sutil construção ideológica de preconceito linguístico, que diminui a figura social do leitor – um *pathos* linguisticamente desqualificado para ler as mensagens originais. Há também uma sutil desqualificação do leitor na pseudo-garantia metalinguística de que *as informações são claras e acessíveis a todos*. A continuidade do texto não traz, claro, informações robustas, tampouco claras. Apenas vagas.

Outra expressão nominal vaga aparece no plural sem artigo – **médicos** –, modificada por **atualmente na linha de frente do Corona vírus**. Médicos tem estrutura de ‘bare plural’, como nomeado na literatura em semântica (Carlson, 2011), e tem forte significado genérico, ou não específico. O leitor se pergunta: Quais médicos? Sob qual projeto de trabalho? A opacidade referencial do texto não tem a intenção mesmo de referir especificamente. Por fim, uma expressão com artigo indefinido em **um pesquisador de Shenzhem transferido para Wuham**. Ora, como a própria categoria gramatical indica, trata-se de um artigo indefinido – que não refere algo ou alguém específico. Quem é o médico? Nome? Filiado a qual instituição?

Enfim, temos no trecho acima expressões nominais de leitura genérica, indefinida, que são avizinhadas por referências de línguas estrangeiras, comandos em caixa alta e adjetivos que desqualificam o letramento do pobre destinatário. A sua vigilância epistêmica, evidentemente, enfraquece-se neste contexto linguístico. Os erros grosseiros de ortografia, coesão, e os de outras ordens normativas não precisam ser levantados aqui. Mas também podemos desconfiar de textos mal redigidos, não?

Cabe ressaltar que o texto ativa múltiplos mecanismos psicológicos que favorecem a aceitação da desinformação. A heurística da disponibilidade é explorada quando o texto menciona **médicos na linha de frente**, tornando mais salientes exemplos facilmente recuperáveis da memória sobre profissionais de saúde durante a pandemia. O viés de ancoragem

é ativado pela apresentação inicial de uma suposta autoridade médica (**Patrick Martin**), que serve como âncora para avaliar a credibilidade das informações subsequentes.

A ausência deliberada de informações específicas sobre as fontes (**médicos, pesquisador**) viola a máxima de quantidade, enquanto a ambiguidade calculada na apresentação das informações viola a máxima de modo. Estas violações geram implicaturas que sugerem credibilidade sem efetivamente fornecê-la.

A menção a múltiplas línguas (**italiano, francês, português**) e locais estrangeiros (**Shenzhem, Wuhan**) aumenta o esforço cognitivo necessário para processar a informação, enquanto simultaneamente sugere uma falsa autoridade internacional. Este aumento no custo de processamento é compensado pela promessa de benefícios cognitivos importantes (**informações claras e acessíveis**), criando uma ilusão de relevância que facilita a aceitação da desinformação, evadindo a vigilância epistêmica.

4.5 Teorias da conspiração

As teorias da conspiração, ao oferecer explicações alternativas - mesmo que muitas vezes implausíveis, desencadeiam uma sensação de compreensão baseada em um falso senso de controle ou agência sobre os eventos. A propagação dessas teorias não se sustenta na apresentação de evidências sólidas, mas sim na repetição constante e na dinâmica de grupo, explorando motivações psicológicas profundas que vão além da mera busca pela verdade. O fenômeno das teorias da conspiração revela como a disseminação de informações enganosas pode ser impulsionado por fatores emocionais e sociais, destacando a importância de compreender os mecanismos subjacentes que alimentam a propagação dessas narrativas fictícias.

Um estudo recente (Ren; Dimant; Schweitzer, 2023) revela que as pessoas compartilham teorias da conspiração visando benefícios sociais, como receber interações online. A pesquisa demonstra que a expectativa de engajamento social influencia a propagação dessas teorias, levando indivíduos a compartilhá-las mesmo sabendo de sua falsidade. Os resultados destacam a sensibilidade das pessoas ao feedback social, influenciando sua propensão a disseminar teorias da conspiração. Essas descobertas fornecem perspectivas importantes para compreender e conter a disseminação de informações enganosas.

Vamos terminar nossas análises, numa opção circular, com o mesmo vídeo do Sílvio Matos¹⁴ referido nos itens 4.1) e 4.2) acima. A figura de uma outra entidade vaga e ameaçadora aparece em trechos exagerados como o seguinte:

-
- (9) [...] Nem todos os títulos honoris causa do mundo equivalem a essa deferência: ser perseguido **por gente do sistema, por representantes máximos do capital, da normatização social e da covardia intelectual, gente que pertence ao lado comunista da história**. Não há prêmio Nobel que possa simbolizar a atuação patriótica de Bolsonaro no mundo. [...]
-

¹⁴ Disponível em: <https://youtube.com/watch?v=O1x6oJlhhyk>. Acesso em: 02/04/2024.

O **lado comunista da história** por certo sintetiza o grande Outro fadado no inconsciente coletivo do pensamento conservador dos textos de desinformação. O raciocínio ideológico é sempre dicotomizado entre o bem (eles) e o mal (os comunistas). Mas não se recupera alguma historicização que sustente a conspiração: Quem são esses comunistas? De que período histórico? Qual é nosso contexto atual dos comunistas?

A dicotomia ideológica do trecho acima é guarnevida por outros fenômenos linguísticos abordados nesta seção. Há repetição gradual dos grupos que representam o lado ideológico oposto; essa repetição constrói uma graduação escalar que vai do menos nocivo ao mais nocivo (de **gente do sistema** para o **lado comunista da história**), configurando uma hipérbole. Há também a desqualificação do pensamento científico-acadêmico (**Não há prêmio Nobel que possa**), que constrói um argumento de ataque *ad hominem*. Por fim, há expressões nominais sem artigos (**gente do sistema, gente que pertence ao lado comunista da história**), que sustentam a referência genérica do texto. Ou seja: os fenômenos linguísticos se sobrepõem e driblam alguma possível operação de vigilância epistêmica do leitor/ouvinte.

Destaca-se também a estrutura sintático-semântica do texto que explora sistematicamente a indeterminação referencial através de sintagmas nominais sem determinantes específicos, além da construção hierárquica de estruturas que combinam elementos vagos (**gente do sistema, representantes máximos**) com modificadores restritivos que, paradoxalmente, não restringem a referência. Esta capacidade gerativa da linguagem é estrategicamente manipulada para criar uma opacidade referencial que dificulta a identificação precisa dos supostos agentes da conspiração.

Ademais, o texto ativa múltiplos mecanismos psicológicos que favorecem a aceitação da narrativa conspiratória. O viés da disponibilidade é explorado ao evocar conceitos facilmente recuperáveis do imaginário social (**comunistas, sistema**), enquanto o viés de confirmação é reforçado pela apresentação dicotômica que permite ao leitor enquadrar as informações em categorias pré-existentes de “bem” e “mal”. O viés de ancoragem manifesta-se na apresentação inicial de uma suposta perseguição, que serve como ponto de referência para todas as interpretações subsequentes.

A máxima de quantidade é violada pela ausência deliberada de especificações sobre os supostos agentes conspiratórios, enquanto a máxima de qualidade é subvertida pela apresentação de alegações sem evidências. A vagueza referencial aumenta o esforço interpretativo, mas promete benefícios cognitivos na forma de uma explicação abrangente e simplificada para fenômenos sociais complexos, favorecendo a aceitação acrítica do conteúdo, ou seja, burlando a vigilância epistêmica.

Esta análise integrada revela como as teorias conspiratórias exploram sistematicamente tanto as capacidades cognitivas desenvolvidas ao longo da evolução da linguagem quanto as características inerentes aos nossos mecanismos de processamento linguístico e social. A interação entre estruturas sintáticas, vieses cognitivos e princípios pragmáticos cria um ambiente discursivo onde a vigilância epistêmica é sistematicamente enfraquecida, permitindo a propagação de narrativas que, embora careçam de fundamentação factual, apresentam-se como explicações coerentes e satisfatórias.

5 Conclusão

Este artigo defende a hipótese de que o discurso manipulador da desinformação burla os mecanismos cognitivos humanos de vigilância, tanto epistêmica como social, como resultado da evolução da linguagem e da organização social. No percurso das teorias da evolução da linguagem, opõem-se as concepções do pensamento internalizado estruturado (Chomsky, 2010, 2013, 2016) às da externalização do pensamento na linguagem para fins de comunicação frente à sobrevivência (Reboul, 2017). Esse movimento resultou em comunicação manipuladora. Na linha do tratamento evolucionista, Sperber *et al.* (2010) defendem que os humanos desenvolveram cognitivamente uma vigilância de caráter epistêmico frente à manipulação da desinformação, enquanto Shieber (2023) defende uma vigilância social (maquiavélica).

Do ponto de vista linguístico há estruturas que parecem contornar a habilidade de proteção das crenças realizada pela vigilância epistêmica: o jogo retórico apelativo, o estilo repetitivo, as estruturas semânticas genéricas e a dicotomia argumentativa conspiratória. Assim, a exposição ao excesso de informações nas plataformas de mídia social resulta em uma escassez contraditória de informações de conteúdo semântico.

Portanto, nossa tarefa não é eliminar a desonestidade, uma meta impossível, mas estimular o compartilhamento de boa-fé voltado para a compreensão coletiva.

Declaração de autoria

As autoras declaram que não possuem qualquer conflito de interesse neste estudo e que o texto foi elaborado em colaboração por ambas. A primeira autora dedicou-se particularmente ao desenvolvimento das seções 2 e 3, da revisão teórica e dos ajustes após avaliação dos pareceristas. A segunda autora dedicou-se especialmente à análise dos dados, supervisão e organização da escrita do artigo. Ambas contribuíram na conceptualização, redação, análise de dados e revisão.

Agradecimentos

Agradecemos ao colega Vitor da Nóbrega pela consultoria e discussões acadêmicas em evolução da linguagem.

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

Referências

- ASCH, S. E. Effects of group pressure upon the modification and distortion of judgments. In: GUETZKOW, H. (org.). *Groups, leadership and men: Research in human relations*. [S. l.]: Carnegie Press, 1951. p. 177–190. DOI: <https://doi.org/10.1525/9780520313514-017>.

- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BOSCO, F. M.; TIRASSA, M.; GABBATORE, I. Why pragmatics and Theory of Mind do not (Completely) overlap. *Frontiers in Psychology*, [s. l.], v. 9, n. AUG, p. 1–7, 2018. DOI: 10.3389/fpsyg.2018.01453.
- BOYD, R.; RICHERSON, P. J. Culture and the evolution of human cooperation. *Philosophical Transactions of the Royal Society*, [s. l.], v. 364, p. 3281–3288, 2009. DOI: doi:10.1016/S0022-51QV8R18021 Q-4.
- CARLSON, G. Genericity. In: VON, K. H.; MAIENBORN, C.; PORTNER, P. (org.). *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning*. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton, 2011. p. 1153–1185.
- CHOMSKY, N. Some simple evo devo theses: How true might they be for language?. In: LARSON, R. K.; DÉPREZ, V.; YAMAKIDO, H. (org.). *The Evolution of Human Language: Biolinguistic Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 45–62.
- CHOMSKY, N. Problems of projection. *Lingua*, [s. l.], v. 130, p. 33–49, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.lingua.2012.12.003>>. DOI: 10.1016/j.lingua.2012.12.003
- CHOMSKY, N. *What kind of creatures are we?* New York: Columbia University Press, 2016-. ISSN 0009-4978.
- FAZIO, L. K.; RAND, D. G.; PENNYCOOK, G. Repetition increases perceived truth equally for plausible and implausible statements. *Psychonomic Bulletin and Review*, [s. l.], v. 26, n. 5, p. 1705–1710, 2019. DOI: 10.3758/s13423-019-01651-4.
- FIORIN, J. L. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.
- FITCH, W. T. Empirical approaches to the study of language evolution. *Psychonomic Bulletin and Review*, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 3–33, 2017. DOI: 10.3758/s13423-017-1236-5.
- GHOSSAINY, M. E.; AL-SHAWAF, L.; WOOLLEY, J. D. Epistemic Vigilance in Early Ontogeny: Children's Use of Nonverbal Behavior to Detect Deception. *Evolutionary Psychology*, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 1–11, 2021.
- HASELTON, M. G.; NETTLE, D.; ANDREWS, P. W. The Evolution of Cognitive Bias. *The Handbook of Evolutionary Psychology*, [s. l.], p. 724–746, 2015. DOI: 10.1002/9780470939376.ch25.
- MARTEL, C.; PENNYCOOK, G.; RAND, D. G. Reliance on emotion promotes belief in fake news. *Cognitive Research. Principles and Implications*, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 1–44, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s41235-020-00252-3>>. DOI: 10.1186/s41235-020-00252-3.
- MAZZARELLA, D.; VACCARGIU, E. Communication: Inferring speaker intentions or perceiving the world? Insights from developmental research. *Journal of Pragmatics*, [s. l.], v. 221, p. 123–136, 2024. DOI: 10.1016/j.pragma.2023.12.014.
- NICKERSON, R. S. Confirmation bias: A ubiquitous phenomenon in many guises. *Review of General Psychology*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 175–220, 1998. DOI: 10.1037/1089-2680.2.2.175.
- NÓBREGA, V. A. O problema de Wallace-Darwin. In: OTHERO, G. de Á.; KENEDY, E. (org.). *Chomsky: a reinvenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 202–220.
- NYHAN, B.; REIFLER, J. When corrections fail: The persistence of political misperceptions. *Political Behavior*, [s. l.], v. 32, n. 2, p. 303–330, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s11109-010-9112-2>.

- PENNYCOOK, G. *et al.* Shifting attention to accuracy can reduce misinformation online. *Nature*, [s. l.], 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1038/s41586-021-03344-2>>. DOI: 10.31234/osf.io/3n9u8.
- PENNYCOOK, G.; CANNON, T. D.; RAND, D. G. Prior exposure increases perceived accuracy of fake news. *Journal of Experimental Psychology. General*, [s. l.], v. 147, n. 12, p. 1865–1880, 2018. DOI: 10.1037/xge0000465.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação - a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- REBOUL, A. *Cognition and Communication in the Evolution of Language*. 2nd. ed. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- REBOUL, A. Truthfully Misleading: Truth, Informativity, and Manipulation in Linguistic Communication. *Frontiers in Communication*, [s. l.], v. 6, n. April, p. 1–8, 2021.
- REN, Z.; DIMANT, E.; SCHWEITZER, M. Beyond belief: how social engagement motives influence the spread of conspiracy theories. *Journal of Experimental Social Psychology*, [s. l.], v.104, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2022.104421>.
- SHIEBER, J. An Idle and Most False Imposition: Truth-Seeking vs . Status-Seeking and the Failure of Epistemic Vigilance. *Philosophic Exchange*, [s. l.], p. 1–32, 2023. Disponível em: <<https://soar.suny.edu/handle/20.500.12648/10523>>.
- SPERBER, D. *et al.* Epistemic Vigilance. *Mind & Language*, [s. l.], v. 25, n. 4, p. 359–393, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0017.2010.01394.x>.
- SPERBER, D.; MERCIER, H. *The Enigma of Reason: A New Theory of Human Understanding*. Harvard: Penguin Books, 2017.
- SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: Communication and Cognition*, 2nd edition. Seconded. Oxford: Blackwell Publishers, 1995. DOI: 10.1191/026765800673158592.
- TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Availability: A heuristic for judging frequency and probability. *Cognitive Psychology*, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 207–232, 1973. DOI: 10.1016/0010-0285(73)90033-9.
- TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Judgment under uncertainty: Heuristics and biases. *Science*, [s. l.], v. 185, n. 4157, p. 1124–1131, 1974. DOI: 10.1126/science.185.4157.1124.
- VOSOUGHI, S. *et al.* The spread of true and false news online. *Science*, [s. l.], v. 359, n. 6380, p. 1146–1151, 2018. Disponível em: <<http://ide.mit.edu/sites/default/files/publications/2017 IDE Research Brief False News.pdf>>. DOI: 10.1126/science.aap9559.
- WALTON, D. *Ad hominem arguments*. Firsted. Alabama: University of Alabama Press, 2009-. ISSN 0009-4978. DOI: 10.1017/cbo9780511806544.006.
- ZIMMER, F. *et al.* Fake news in social media: Bad algorithms or biased users?. *Journal of Information Science Theory and Practice*, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 40–53, 2019. DOI: 10.1633/JISTaP.2019.7.2.4.